

O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DE UM BANCO COMERCIAL

LEONARDO MOREIRA FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
leomorfe@oi.com.br

LUIZ ALBERTO DE LIMA LEANDRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
luizleandrorj@globo.com

CÉLIO DA SILVA PUPO JR

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
celio.pupo@hotmail.com

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados advindos da pesquisa realizada em dissertação de mestrado defendida no segundo semestre de 2015, cujo tema foi a análise do discurso do Banco do Brasil (BB), em sua Estratégia Negocial em Desenvolvimento Regional Sustentável. Teve como objetivo analisar os discursos presentes nos Planos de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável do BB localizados no Estado do Rio de Janeiro, identificando os objetos discursivos e as formações discursivas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O estudo teve como objetivo analisar os discursos presentes nos Planos de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável (PNDRS) do BB. Parte dos PNDRS, que constam como ativos, na prática, parecem estar sem a participação do BB. Determinados planos não apresentam compatibilidade com as suas reais situações. Desse contexto, enseja a questão principal: Quais ordens de discurso apresentam-se, decorrentes da Estratégia Negocial em Desenvolvimento Regional Sustentável do BB?

Fundamentação Teórica

Para os críticos, as empresas, no âmbito do capitalismo, são as responsáveis pela maior parte dos problemas socioambientais atuais e são as grandes beneficiárias de um sistema explorador. Acreditam que a tendência seria amenizar certas evidências do sistema explorador, porém sem atuar sobre os mecanismos que geram a exclusão social e a devastação ambiental, tal tentativa seria algo ilusório (SCHOMMER; ROCHA, 2007; SCHOMMER, 2008).

Metodologia

A pesquisa foi classificada como descritiva. A utilizou-se a pesquisa documental. A análise dos dados foi fundamentada na Análise Crítica do Discurso, desenvolvida por Normam Fairclough (2001).

Análise dos Resultados

Em meio às análises dos dados coletados, foram identificados, dezessete objetos discursivos distintos. Foi possível identificar quatro ordens discursivas no material levantado. As identificações discursivas permitiram verificar as coerências e incongruências do discurso do banco comercial estudado.

Conclusão

O atingimento dos objetivos de: identificar as ordens de discurso do BB, em sua Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (ENDRS), apresentar os princípios que a norteiam e descrever sua metodologia de trabalho e modelo de atuação foi efetuado com êxito. Tais resultados são importantes fonte de consulta para realização de melhorias processos relativos à temática RSE no Banco do Brasil.

Referências Bibliográficas

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
SCHOMMER, P. C. Responsabilidade Socioambiental. Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.
SCHOMMER, P. C.; ROCHA, F. C. C. As Três Ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil: Dilemas, Oportunidades e Limites. Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.
As demais referências encontram-se no corpo do artigo.

O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DE UM BANCO COMERCIAL

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados advindos da pesquisa realizada em dissertação de mestrado defendida no segundo semestre de 2015, cujo tema foi a análise do discurso do Banco do Brasil (BB), em sua Estratégia Negocial em Desenvolvimento Regional Sustentável. O estudo teve como objetivo analisar os discursos presentes nos Planos de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável do BB localizados no Estado do Rio de Janeiro, identificando os objetos discursivos e as formações discursivas decorrentes deles, a partir de uma detida análise das interdiscursividades. Tal trabalho também teve como objetivo trazer elementos que contribuam para a reflexão sobre o desenvolvimento de competências empresariais relativas à temática da Responsabilidade Social Empresarial. A pesquisa foi realizada, entre os anos de 2014 e 2015.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela preocupação com os efeitos do crescimento econômico sobre o meio ambiente e as condições de vida da população mundial. Nesse mesmo momento, cresceram os estudos sobre a finitude dos recursos naturais e as manifestações com a intenção de minimizar os impactos ambientais (LOVEJOY; INOUE, 2012; INOUE, 2007; WILSON, 1988). Um dos trabalhos mais marcantes desse período foi o relatório publicado pelo Clube de Roma denominado Os limites do Crescimento – The Limits to Growth – que se estabeleceu como um dos marcos nesse debate (ROMEIRO, 2012; MEADOWS, MEADOWS; RANDERS, 2004).

Em 1972, por recomendação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, foi estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) e a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. Ao longo dos anos 1980, estudos diversos buscaram mostrar a interdependência entre o meio ambiente e o desenvolvimento. A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Carta Mundial da Natureza (World Charter for Nature), chamando a atenção para o valor intrínseco das espécies e dos ecossistemas (LOVEJOY; INOUE, 2012; INOUE, 2007; WILSON, 1988). Na década de 1990, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, ou Rio-92. Dessa conferência, resultou a Agenda 21, documento que estabeleceu um compromisso entre as nações participantes. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (TOZONI-REIS, 2002; BARBIERI, 1997).

Em meio aos debates internacionais, no Brasil, nos anos 2000, o Governo Federal estabeleceu a Agenda 21 Brasileira e ainda incentivou a criação de Agendas 21 Locais, com a participação do empresariado e todos os setores da sociedade (MMA, 2014).

O Governo Federal Brasileiro, sendo o principal acionista e controlador do Banco do Brasil, têm utilizado este como um instrumento de suas políticas de crédito, econômica e de desenvolvimento. Dentre as formas de utilização da empresa, está o uso de seus discursos, considerando o conceito amplo apresentado por Fairclough (2001). E, considerando o contexto apresentado, é exatamente o que o Governo Federal tem procurado fazer, a partir de 2003, em relação ao tema Responsabilidade Socioambiental Empresarial no Brasil.

No ano de 2003, em acordo com Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Banco do Brasil cria sua Agenda 21. Tal documento trazia em seu bojo o compromisso do banco de assumir o papel de catalisador do processo de criação de agendas 21 empresariais em todo território nacional (BB, 2014). Tendo decorrido mais de uma década do início de tal processo, é possível observar diferenças na condução da estratégia, como a retirada dos planos de

negócios do programa de metas das agências; a redução de investimento em treinamentos presenciais em cursos da área. Além disso, foi possível observar nos relatórios, relativos aos Planos de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável (PNDRS), que parte dos planos de negócios que constam como ativos, na prática, parecem estar sem a participação do Banco do Brasil, ou mesmo inativos. Acredita-se, por esse motivo, que nos demonstrativos do Banco, determinados planos não apresentam compatibilidade com as suas reais situações. Essa conjuntura pode causar distorções nos dados apurados pela empresa, impedindo o Banco de obter informações atualizadas de uma de suas áreas estratégicas de atuação, tendo em vista os compromissos assumidos pelo BB com o MMA, por meio de sua Agenda 21. Torna-se assim, necessária a verificação dos dados apresentados pela empresa, já que eventuais distorções têm como consequência limitar ou até mesmo impedir que o BB utilize todas as suas potencialidades em contribuir para a mudança social pretendida nas regiões em que atua. Desse contexto, enseja a questão principal a ser respondida pelo presente estudo: Quais ordens de discurso apresentam-se, decorrentes da Estratégia Negocial em Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil?

A escolha do Banco do Brasil (BB) como objeto de análise na presente pesquisa, se deu em virtude da atuação de um dos autores da pesquisa como funcionário do banco e gestor. Os processos gerenciais sob a responsabilidade do autor envolvem ações de desenvolvimento regional sustentável. Além disso, deve-se considerar como relevante a atuação do referido banco no processo de construção e fortalecimento do discurso governamental (por ser o BB uma instituição financeira controlada pelo governo brasileiro), que apresenta sua comunicação com a população, em termos financeiros, por meio deste banco. Neste sentido a pesquisa, utilizando as ferramentas de análise de discurso, mostrou-se como uma eficiente para o atingimento dos objetivos propostos pelo estudo. Que consistiam em analisar o discurso do Banco do Brasil em suas dimensões textual, prática discursiva e prática social. Tal análise restringiu-se à Estratégia Nacional em Desenvolvimento Regional Sustentável representada nos planos de negócios localizados no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de identificar as ordens de discurso decorrentes de tais estratégias.

2. METODOLOGIA

Quanto à sua finalidade, o estudo está classificado como descritivo (GIL, 2011), já que procurou analisar a Estratégia Negocial em DRS do Banco do Brasil, o que em função dos objetivos do estudo, ensejou na descrição das características de tal estratégia, de suas ações e do discurso da companhia.

Os procedimentos de coleta de dados foram realizados por meio de pesquisa documental. Como forma de alcançar os objetivos do estudo, foram analisados os materiais impressos de oito cursos ministrados pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB) e mais um curso de pós-graduação *latu sensu* MBA Executivo em Gestão de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável ministrado em convênio com o Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD).

A pesquisa documental teve como objetivo colher e estudar documentos oficiais, disponibilizados pelo Banco do Brasil em seu site institucional em www.bb.com.br, bem como analisou-se o material utilizado pela empresa nos cursos e treinamentos presenciais e auto instrucionais, ministrados aos funcionários por sua Universidade Corporativa.

Em função das características de suas ferramentas de coleta e análise dos dados, com o intuito de elucidar a problemática apresentada neste estudo, a pesquisa foi desenvolvida fundamentada no paradigma qualitativo de pesquisa. (MARTINS, 2004; OSPINA, 2004; LEANDRO, 2013).

A observação de ênfase no nível organizacional tem como premissa, em acordo com Fairclough (2001, p. 93), que apesar do discurso contribuir para construir as relações sociais

entre pessoas, ele “não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas”, reforçado pelas instituições e organizações, como é o caso da empresa pesquisada, dado sua potencial relevância no processo de mudança social.

Para análise dos dados da pesquisa, foi utilizada a abordagem de análise crítica de discurso, delimitada por Fairclough (2001). O autor afirma que o discurso é uma prática social de representação e significação do mundo. Contribui para a construção das identidades e das relações sociais, bem como para a construção de sistemas de conhecimento e crença. A prática discursiva além de reproduzir a sociedade, contribui para transformá-la, mas também é influenciada por ela, construindo assim, uma relação dialética. Além disso, o autor também afirma que:

A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica - e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p 94).

Considerando o caráter híbrido do Banco do Brasil, um banco com atuação de mercado, com controle acionário do governo, sua importância na construção e/ou fortalecimento do discurso institucional do governo, por ser a principal instituição financeira do país há dois séculos e o contexto em que se instaurou a Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável do BB, a escolha da Análise de Discurso como técnica de análise da pesquisa mostra-se como a melhor opção para a elucidação do problema da presente pesquisa.

A coleta de dados propriamente dita foi realizada a partir do segundo semestre de 2014, quando o pesquisador estava realizando o Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como uma exploração inicial a respeito do problema de pesquisa. Quivy e Campenhoudt (1998) no que se refere a esse desbravamento de campo, diz que tem como função revelar aspectos do fenômeno a ser estudado que o pesquisador não teria pensado por si só, e:

[...] servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas [...] trata-se, portanto, de abrir o espírito, de ouvir, e não de fazer perguntas precisas, de descobrir novas maneiras de colocar o problema e não de testar a validade dos nossos esquemas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 69).

Nesse período foram desenvolvidas três atividades. Releitura dos materiais didáticos utilizados durante o curso de pós-graduação cursado pelo pesquisador em 2007 – publicações formais, como livros e artigos, bem como as informais, como relatórios e apostilas; conversas, sem o rigor das entrevistas, com funcionários das dimensões estratégica, tática e operacional da empresa, com o intuito de posicionar a pesquisa quanto à sua problemática; e um leve aprofundamento teórico conceitual que desse suporte ao pensamento do pesquisador. Essas atividades foram realizadas de maneira simultânea e complementar.

Já a partir do segundo trimestre de 2015, ficou definida a problemática do estudo, o que ensejou na potencialização dos procedimentos de coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

As pesquisas tiveram como objetivo reunir e analisar os documentos oficiais internos, disponibilizados pelo Banco do Brasil, e principalmente, reuniu-se e analisou-se o material utilizado pela empresa nos cursos e treinamentos presenciais e auto instrucionais, ministrados aos funcionários por sua Universidade Corporativa.

- **Documentos Oficiais Internos** – foram analisados o Plano Diretor, a Metodologia de Trabalho DRS do BB, as orientações institucionais, as metas e objetivos definidos para cada unidade e para cada plano de negócios, e os relatórios de atualização e avaliação dos planos de negócios.

- **Cursos e Treinamentos da Universidade Corporativa BB** – O Banco do Brasil possui uma área responsável por todo o treinamento institucional, subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES), denominada Universidade Corporativa BB. Os treinamentos dividem-se em presenciais e auto instrucionais. Os primeiros são ministrados no ambiente das Gerências Regionais de Pessoas (GEPES) e os demais são realizados em uma plataforma eletrônica na internet, no sítio denominado Universidade Corporativa BB (UniBB). Em sua maioria, os treinamentos auto instrucionais são artigos científicos desenvolvidos por profissionais contratados ou funcionários da própria empresa.

A UniBB possui o tema Responsabilidade Socioambiental inserido em todos os cursos de seu portfólio. No entanto, seis desses cursos possuem relação direta com o tema Desenvolvimento Regional Sustentável, sendo dois presenciais e quatro auto instrucionais. A presente pesquisa, além dos documentos internos citados acima, analisou o material dos 06 cursos e da pós-graduação ministrados aos funcionários, com o intuito de analisar as ordens de discursos decorrentes desses.

Tanto a escolha dos autores que compõem o referencial teórico, quanto a eleição dos delineamentos desta pesquisa se deram em função dos objetivos propostos e do entendimento de serem os mais adequados para esta pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Responsabilidade Social Empresarial

Em um ambiente de pretensão desenvolvimento, é necessário falar-se em mudanças. Nas últimas décadas houve transformações nos campos do conhecimento, valores, tecnologias, clima, populações, padrões produtivos e organizacionais, dentre outros, que de acordo com Schommer (2008), ensejaram na necessidade de redefinição de papéis, relações e responsabilidades na sociedade. Tanto os avanços, quanto os desafios sociais e ambientais reconfiguram as relações do ser humano com o planeta e com os demais seres humanos. Relações essas por intermediadas organizações.

Faria e Sauerbronn (2008) apresentam três fases distintas nas abordagens referentes à Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

A primeira é o surgimento da RSE, no período compreendido entre os anos 1900 a 1960. Os autores afirmam que os primeiros debates sobre a dimensão social das empresas foram provocados pelo surgimento das ciências administrativas e sua rápida profissionalização, e a grande desilusão com o liberalismo econômico, devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque. Discutia-se nesse momento os lucros dos grandes grupos empresariais, a distribuição justa de riquezas e o papel do Estado, enquanto observava-se a ascensão do socialismo na Europa. O conceito de responsabilidade social é construído nessa época, apoiando-se nos princípios básicos da filantropia e da governança, manifestações paternalistas do poder corporativo (CARROLL, 1999). As empresas são estimuladas a serem generosas para com os desfavorecidos e a levar em conta, no curso de suas atividades, os interesses de outros atores sociais. “O conceito de responsabilidade social era associado à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho” (FARIA; SAUEBRONN, 2008).

A segunda fase, segundo os autores, entre 1960 e 1980, foi marcada por frequentes reivindicações, motivadas pelo fortalecimento de princípios revolucionários e pela mobilização da sociedade civil. Toda essa mobilização enseja no surgimento de movimentos sociais que passam a exercer pressão sobre as empresas, imputando a essas, responsabilidade sobre questões como poluição, consumo, emprego, discriminação racial e de gênero.

Na década de 1960, floresceu o pluralismo, um período de rebelião cultural nos EUA. Uma nova geração desafiava abertamente os pressupostos básicos

dos estilos de vida, o complexo militar-industrial, a intervenção militar no estrangeiro, a exploração do meio ambiente, os direitos e os papéis da mulher, os direitos civis, a equidade e a pobreza. O establishment da corporação americana foi forte mente abalado pela aparente ameaça a seus valores e interesses (KORTEN, 1996, p. 80).

A terceira fase compreende o período a partir de 1980. O contexto dessa época é de preocupações com ajuste fiscal, diminuição do tamanho Estado, liberalização do comércio internacional, e renegociação das relações trabalhistas. No momento, vemos uma grande diversificação de correntes teóricas sobre o questionamento ético e social das empresas. O desenvolvimento de novas tecnologias de informação, impulsionam a globalização, o que ensejou em transformações profundas e controversas no sistema financeiro. Grandes empresas locais transformam-se em redes corporativas transnacionais de ramificações complexas, cujo desempenho passa a ser medido por indicadores e critérios financeiros estabelecidos pelas matrizes. Essas novas tecnologias de produção, distribuição, comunicação e informação, descentraliza a produção e desloca atividades tidas como socialmente indesejáveis nos EUA e na Europa para países menos desenvolvidos. Muitas reações têm sido observadas, conduzidas principalmente por ativistas e organizações não-governamentais.

De acordo com Schommer e Rocha (2007), pode-se determinar três correntes de opinião a respeito do papel das organizações diante dos desafios sociais e ambientais. As Visões Liberal, Crítica e Política. A Visão Liberal, associada aos economistas neoliberalistas, diz que a função primordial das empresas é gerar lucros para os acionistas. Elas produzem benefícios à sociedade, à medida em que geram empregos, pagam impostos e ofertam bens e serviços que a sociedade demanda. Os adeptos dessa visão acreditam que quem tem a competência de lidar com os problemas sociais e ambientais são o estado e a sociedade civil. Essa concepção vem do fato dessas empresas terem a necessidade de priorizar o retorno financeiro no curto prazo a seus credores. Sejam eles acionistas, sócios, fornecedores, financiadores e investidores. Raramente há permissão para darem retorno no longo prazo.

Para os críticos, as empresas capitalistas, especialmente as globalizadas, no âmbito do sistema econômico atual, são as responsáveis pela maior parte dos problemas sociais e ambientais que vivemos e são as grandes beneficiárias de um sistema explorador e concentrador de poder e de riquezas. Para esses, acreditar que as principais causadoras dos efeitos nocivos de suas atividades seriam capazes de trazer melhorias nas condições do planeta, seria criar falsas expectativas, pois mudanças nos sistemas de gestão para o avanço na solução dos problemas sociais seria contraproducente. Eles entendem que a tendência seria amenizar certas evidências do sistema explorador e alcançar melhorias em alguns campos, porém sem atuar sobre os mecanismos que geram a exclusão social e a devastação ambiental (SCHOMMER; ROCHA, 2007; SCHOMMER, 2008).

Ainda segundo Schommer e Rocha (2007), participam da Visão Política, aqueles que defendem o movimento da Responsabilidade Socioambiental das Empresas (RSE). Essa corrente entende que mesmo que se acredite que o papel central das empresas é gerar empregos, lucros e bens e serviços, ou que as empresas são as grandes vilãs da sociedade atual, elas não podem ficar à margem do debate político, social e ambiental, por considerar o poder que elas concentram. Por outro lado, o consenso nessa visão é que não pode haver empresas saudáveis e lucrativas em uma sociedade enferma e empobrecida. Ou seja, a sustentabilidade das empresas depende da sustentabilidade em sentido mais amplo.

Apesar da proliferação de abordagens, teorias e terminologias, existem três principais abordagens teóricas a respeito de RSE nos dias atuais (SCHOMMER, 2008; FARIA; SAUERBRONN, 2008):

Abordagem Ética ou Normativa - Abordagem que tem origem na Escola da Ética nos Negócios – business ethics – e que preconiza que as atividades empresariais estão sujeitas ao

juízo moral. As empresas como os indivíduos devem pautar suas ações em regras morais, independentemente dos resultados em termos de negócios;

Abordagem Contratual – Possui um enfoque sociopolítico e tem origem nos estudos chamados de Empresa e Sociedade – business & society. Essa abordagem privilegia os interesses dos diferentes grupos de atores sociais com os quais a empresa interage e os conflitos e disputas de poder correspondentes. Entende a relação entre empresa e sociedade como uma questão contratual. Nessa vertente teórica, a RSE se baseia na interdependência entre empresas e sociedade.

Abordagem Estratégica – É representada pela Escola de Gestão de Temas Sociais – Social Issues Management – É uma perspectiva utilitarista, instrumental, que tem como foco a produção de ferramentas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho social e ético das empresas. Considera os problemas sociais como ameaças, custos e/ou oportunidades de negócios. Essa abordagem reproduz o discurso predominantemente das áreas de estratégias dos EUA de que “o que é bom para a sociedade é bom para a empresa”, ou que “a ética é um bom negócio”. Diversos autores europeus têm se posicionado de forma resistente a essa abordagem, questionando quanto à relevância do conhecimento produzido na área de estratégia (WHITTINGTON et al., 2003), e vêm ressaltando que uma das principais características da área, é a falta de reflexividade crítica (WHIPP, 1996; PETTIGREW, THOMAS; WHITTINGTON, 2002).

4. O BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil é uma empresa bicentenária, que passou por diversas fases da história de nosso país. Em todo esse período podemos observar sua vocação de auxílio ao governo em suas políticas para o desenvolvimento do país.

Desde a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, que dentre outras medidas, fundou o banco denominado Banco do Brasil, passando pela instituição do financiamento agrícola aos dos senhores feudais, quando com a abolição da escravatura a mão de obra passou a ser remunerada. Ou a fundação e administração da câmara de compensação e da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), embrião do que se tornou o Banco Central do Brasil (BACEN), a instituição da Carteira de Crédito Exterior (CACEX). Ou mesmo nas mudanças de governos e modelos de administração pública, como em 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, chamado por Paula (2005) de Gerencialismo e mais recentemente no Governo do Partido dos Trabalhadores, denominado por Bresser-Pereira e Diniz como societal.

A exemplo de outros momentos, o BB sensível às mudanças, servindo de instrumento dessas mudanças, e como já trazia em sua história um traço de engajamento nos princípios de Responsabilidade Socioambiental, formalizou esse engajamento em 2003, quando o Conselho Diretor inseriu o tema definitivamente na pauta das suas decisões estratégicas e operacionais.

4.1. A inserção da RSE nas *Core Competences* Da Empresa

Como visto na seção anterior, no contexto de mudança vigente, o Governo Federal Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), firmou, no ano de 2003, acordo com a empresa estudada, que segundo o site The Banker, do Grupo do jornal Financial Times, é a maior instituição financeira da América Latina, conforme tabela abaixo, para criação de sua Agenda 21. Tal documento trazia em seu bojo o compromisso do banco de assumir o papel de catalisador do processo de criação de agendas 21 empresariais em todo território nacional.

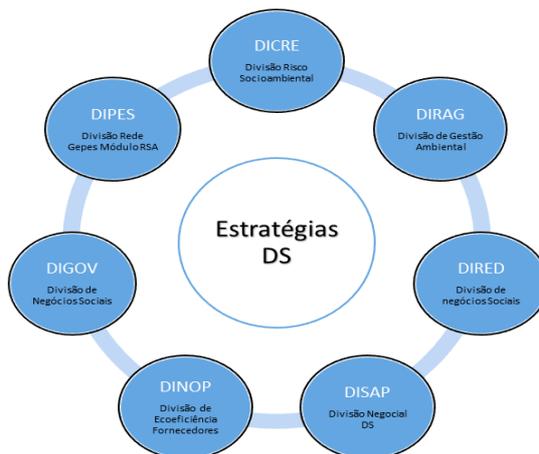
Tabela 1: Maiores Bancos da América Latina (2012)

Banco	Capital Tier 1 (US\$ bi)	Ativos Totais (US\$ bi)	Lucro Antes dos Impostos (US\$ bi, em 2012)
Banco do Brasil	36,3	555	7,5
Itaú	35,2	496	9,8
Bradesco	32,3	391	7,6
Santander Brasil	31,9	206	2,7
Caixa Econômica Federal	13,8	347	2,3

Fonte: Site THE BANKER, 2013.

Esse compromisso assumido ensejou a necessidade de um rearranjo na estrutura administrativa do Banco. Inicialmente, foi criada a Unidade de Responsabilidade Social Ambiental (URSA). Devido ao crescimento da influência estratégica do tema na organização, a URSA transformou-se em Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental (DIRES). Hoje, o Banco conta com uma Gerência, com status de Diretoria, denominada Unidade de Desenvolvimento Sustentável (UDS), responsável por gerir exclusivamente a Estratégia Socioambiental (ES) da companhia. Vale ressaltar que a Estratégia Socioambiental do Banco do Brasil perpassa por todas as áreas da empresa transversalmente, conforme podemos observar na figura 1, a seguir, com a representação das divisões instauradas nas demais diretorias.

Figura 1: Conexão DS nas Diretorias



Fonte: BB, 2015

A Estratégia Socioambiental do Banco do Brasil apresenta três dimensões: Negócios com Foco no Desenvolvimento Sustentável (NFDS); Investimento Social Privado (ISP); e Práticas Administrativas e Negociais com RSA (PANRSA). Essas dimensões possuem objetivos bem definidos. A primeira propõe-se à Implementação de diversas ações de apoio ao desenvolvimento sustentável, ao financiamento de atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social. Tal dimensão também é responsável pelo financiamento de atividades que promovam o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis. A segunda dimensão, visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, apoiar

programas relacionados à consciência e preservação ambiental, dar suporte a projetos relacionados à defesa e à promoção dos direitos humanos, captar recursos para apoiar ações sociais e incentivar a atuação dos funcionários em trabalhos voluntários. Já a terceira, tem como objetivo disseminar os princípios e fortalecer a cultura de Responsabilidade Socioambiental (RSA) entre os funcionários do BB, manter processos administrativos e negociais coerentes com os princípios de RSA e fortalecer a interação com o público.

O Banco do Brasil definiu sua Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, da seguinte forma:

- Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
- Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
- Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.
- Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
- Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
- Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.
- Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
- Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.
- Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.
- Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
- Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.

O BB, em seu site institucional descreve a Responsabilidade Socioambiental como um aspecto transversal à gestão dos negócios. O tema é parte integrante das decisões estratégicas e operacionais da companhia e permeia toda a estrutura organizacional. Ao se desenhar processos, produtos e serviços, leva-se em consideração seus impactos sociais e ambientais. Não por acaso, o BB é hoje, referência mundial na temática Sustentabilidade, sendo inclusive integrante de índices reconhecidos internacionalmente, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (BB, 2015).

No presente estudo foram analisados os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais, representados nos conteúdos coletados nas pesquisas bibliográfica e documental já explicitadas no capítulo dedicado à metodologia. A análise ensejou a evidenciação de um conjunto de objetos discursivos, na identificação de aspectos subjacentes, na realização de inferências sustentadas em indícios, e na interpretação das mensagens explícitas e implícitas. Assim foi possível também revelar sentidos ocultos, silêncios e omissões constantes no material analisado.

Os objetos discursivos emergentes das análises foram considerados como expressões de formações discursivas que, apoiadas nas práticas sociais, produziram um melhor entendimento a respeito de quais são as relações de convergências e divergências entre os discursos acerca da temática Desenvolvimento Regional Sustentável no Banco do Brasil e quais seriam as implicações ideológicas desta interdiscursividade.

Uma vez diante das formações discursivas, essas foram analisadas em suas intertextualidades, tanto no que concerne à intertextualidade manifestada quanto à constituída. Daí foi possível visualizar as ordens de discursos provenientes da Estratégia Negocial em DRS do Banco do Brasil.

As ordens de discursos, aqui, são percebidas como facetas discursivas hegemônicas de ordens sociais, evidenciando as questões ideológicas e hegemônicas.

5. ANÁLISE DE DISCURSO

Nesta Seção, o presente estudo busca apresentar um breve construto conceitual da Análise de Discurso, apresentando a evolução do conceito do termo discurso, e as abordagens teóricas concernentes à técnica em si. Ver-se-á com maior detalhamento a abordagem teórica proposta por Fairclough (2001), por ser a eleita para conduzir a presente pesquisa.

Em sua publicação sobre o tema, Melo (2009) afirma que o termo discurso, por receber diversos significados, enseja equívocos na definição da análise de discurso. O autor também diz que a partir de meados do século passado, desenvolveu-se uma preocupação com o funcionamento da linguagem em uso, introduzindo componentes pragmáticos e a dimensão social no estudo da língua. Essa nova realidade contrapõe-se à perspectiva estruturalista e o estudo da língua por ela mesma, vigentes até então.

Melo (2009, p.39) descreve que “existem várias concepções do que seja discurso nos estudos linguísticos, da mais concreta a mais abstrata, sendo a toda concepção de discurso subjacente uma outra de língua e de sujeito”. Pode-se perceber que em perspectivas mais estruturalistas o discurso recebe um significado mais próximo de um conglomerado de palavras ou sentenças; o sujeito do discurso apresenta-se apenas como um reproduzidor de um sistema linguístico e um decodificador de uma mensagem e a língua é uma estrutura invariável, o que acaba por confundir o discurso com texto. Melo (2009) também sintetiza as abordagens de Pêcheux (1990) e Maingueneau (2005). Para o primeiro, o discurso é uma forma de materialização ideológica, seguindo o pensamento marxista. O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo presente nas instâncias da sociedade.

Já para Maingueneau (2005, p.15) discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Nessa abordagem, o discurso opera sobre outros discursos e se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico. Fairclough (2001), por sua vez, afirma que o discurso é uma prática social de representação e significação do mundo. Contribui para a construção das identidades e das relações sociais, bem como para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

A prática discursiva além de reproduzir a sociedade, contribui para transformá-la, mas também é influenciada por ela, construindo assim, uma relação dialética. Ela é reprodutora e transformadora de realidades sociais e o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial. O sujeito ora se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, ressignificando-as e/ou reconfigurando-as.

Nos dias atuais, há um reconhecimento, por parte dos estudiosos, da interligação entre as mudanças no uso linguístico e os processos sociais e culturais mais amplos. Passam, assim, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social. Mas não foi sempre assim. Havia barreiras impostas pelo afastamento dos estudos linguísticos de outras ciências sociais e pela dominação da linguística por paradigmas formalistas e cognitivos. As demais ciências também não demonstravam interesse pela linguagem e a encaravam como transparente. Ou seja, acreditava-se que se podia ler os dados sociais colhidos em entrevistas, por exemplo, sem dar a devida atenção à linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

Os limites entre as ciências sociais estão enfraquecendo, e uma maior diversidade de teorias e práticas vem se desenvolvendo nas disciplinas. Tais mudanças têm-se feito acompanhar por uma virada linguística na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido a linguagem nos fenômenos sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p 20).

De acordo com Fairclough (2011) e Melo (2009), nas décadas de 1960 e 1970, apareceram os primeiros estudos com a tentativa de sintetizar os estudos linguísticos e a teoria social. Houve um grupo de linguistas que na Grã Bretanha, ao combinar as teorias e os métodos da análise textual da linguística sistêmica com teorias de ideologia desenvolveu a chamada linguística crítica (HALLIDAY, 1978). Após os estudos do linguista Zellig Harris e da releitura da teoria de ideologia de Karl Marx, elaborada por Althusser, na França, o lexicólogo Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux e equipe deram início ao desenvolvimento de uma abordagem de análise de discurso. Essas tentativas tiveram sucesso limitado por apresentarem um desequilíbrio entre os elementos sociais e os linguísticos, embora tenham dado sua contribuição positiva. Nos estudos de Hallyday, a análise linguística e o tratamento de textos linguísticos são avançados, mas há pouca teoria social, e os conceitos de ideologia e poder são usados com pouca discussão ou explicação. Já no trabalho de Pecheux, a teoria social é mais sofisticada, mas a análise linguística é tratada em termos semânticos muito estreitos.

Além do mais, ambas as tentativas estão baseadas em uma visão estática das relações de poder, com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes. Prestou-se pouca atenção a luta e a transformação nas relações de poder e ao papel da linguagem aí. Conferiu-se ênfase semelhante a descrição dos textos como produtos acabados e deu-se pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual, ou as tensões que caracterizam tais processos (FAIRCLOUGH, 2001, p 20).

Fairclough (2011) acrescenta que ao se analisar a linguagem em sua dinâmica e no processo de mudança social e cultural, as abordagens citadas não são suficientes ou adequadas. Por esse motivo propõe uma abordagem evoluída, que diz ser mais equilibrada em seus aspectos: a Análise Crítica do Discurso.

Como forma de orientar o leitor da presente pesquisa na categorização das abordagens ao tema Análise de Discurso, apresenta-se a seguir uma classificação das abordagens, sobretudo as que se demonstram importantes para a compreensão dos conceitos e das análises realizadas neste estudo.

Atualmente, as abordagens de análise do discurso podem ser classificadas em dois grupos, levando-se em consideração a natureza de sua orientação social para o discurso. As abordagens não-críticas e as críticas. As primeiras são atribuídas a alguns pesquisadores como Sinclair e Couthard (1975), Labov e Fanshel (1977), e aos pesquisadores Wetherell, Stiven e Potter (1987). Já as abordagens críticas são classificadas como linguística crítica, de Fowler et al. (1979), e a abordagem francesa da análise de discurso desenvolvida com base na teoria de ideologia de Althusser por Pecheux (1990). Os fatores que as difere são a descrição das práticas discursivas, bem como o fato das abordagens críticas mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, e a relação dialética que o discurso cultiva com as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença dos pressupostos (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001) apresenta uma nova abordagem conceituada como Análise Crítica do Discurso, na qual procura integrar distintas perspectivas teóricas e métodos, com o intuito de estudar as dimensões discursivas da mudança social e cultural. O autor propõe um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende o texto em si, a prática discursiva e a

prática social. Nessa proposta apresentada por Fairclough (2001), a análise do texto é atomizada nas categorias vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Nas práticas discursivas, analisam-se as categorias força, coerência e intertextualidade, com vistas às atividades cognitivas de produção, distribuição e consumo do texto. Já a análise da prática social relaciona-se com os aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada.

A Figura 2, a seguir, é uma representação da concepção tridimensional apresentada por Fairclough (2001) em sua publicação *Discurso e Mudança Social*, de 1992, traduzido no Brasil em 2001.

Figura 2: Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Já o Quadro 1 apresenta as categorias analíticas constantes da proposição do mesmo autor, no mesmo estudo citado acima.

Quadro 1: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentidos
Coesão	Consumo	Pressuposições
Estrutura textual	Contexto	Metáforas
	Força	Hegemonia
	Coerência	Orientações
	Intertextualidade	econômicas, políticas, culturais e ideológicas

Fonte: (Fairclough, 1992). Adaptado pelo autor.

6. ANÁLISE RESULTADOS

Como já mostrado anteriormente, o material pesquisado é proveniente de nove cursos ministrados aos funcionários do Banco do Brasil, que têm inserido em sua temática central o Desenvolvimento Regional Sustentável: Gestão de Negócios em APL; Desenvolvimento Sustentável no BB; Crédito e Risco Socioambiental; Fundamentos e Práticas da Gestão Contemporânea; RSA e Sustentabilidade nos Negócios; Disseminadores de Conteúdos em Desenvolvimento Sustentável; Modelo de Atuação Integrada em Desenvolvimento Sustentável; Estratégia DS; MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável.

Os cursos analisados abordam a temática do Desenvolvimento Regional Sustentável de maneira bastante semelhante, o que deixa bem visível a convergência entre os discursos. Esta convergência facilita, de certa forma, a definição dos objetos discursivos. Entretanto, vale destacar que as diferenças mais significativas se situam na especificidade do público alvo, o que influencia no aprofundamento teórico de cada curso, e numa aparente evolução temporal no posicionamento quanto à abordagem teórica a respeito do tema RSE eleita pelo Banco. O que pode ser visto no conteúdo programático apresentado.

Pode-se observar uma forte preocupação com a formação teórica dos funcionários nas temáticas RSE e DRS, como forma de preparação para uma posterior inserção dos desejos de comportamentos e práticas desses em sua atuação cotidiana.

Os seis cursos auto instrucionais são compostos na forma de artigos científicos, com uma preocupação explícita com o embasamento conceitual, conforme se pôde observar nos seus objetivos, e conteúdos programáticos. Nos seus objetivos, observam-se expressões como descrever, indicar e identificar. O que em seus contextos denota essa preocupação com a formação teórica do funcionário.

Nos cursos de natureza presencial, apesar de também contarem com um arcabouça teórico, percebe-se uma maior preocupação com as práticas sociais - a forma de atuação cotidiana do funcionário, que é o representante da organização no contato diário com a sociedade. Diferentemente dos primeiros, que em seus objetivos denotam uma maior preocupação com os conceitos, nestes pode-se observar as palavras “atuar” e “aplicar”, denotando um viés de execução.

Já o curso de pós-graduação *latu sensu* MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável, por tratar-se de um curso de longa duração – 360 horas, pôde apresentar um maior equilíbrio entre as dimensões conceitual/teórica e a prática em suas disciplinas.

As ordens de discurso, segundo Fairclough (2001), são as dimensões totais das práticas discursivas, ou seja, a produção, distribuição e consumo de determinados textos inseridos em determinado contexto social e suas articulações e lutas de poder. Adquirem primazia sobre os discursos particulares e possuem um equilíbrio instável. Estão sempre vulneráveis a serem redesenhadas e/ou rearticuladas, no curso das mais variadas lutas hegemônicas.

O autor supramencionado também afirma não haver um modelo rígido para uma abordagem inspirada na análise de discurso e que ela pode ser adaptada em função dos objetivos a serem alcançados pelo pesquisador. A eleição da pesquisa documental para coleta de dados configurou-se como o método mais adequado e também suficiente, em função dos objetivos do estudo, sem a necessidade de outros procedimentos metodológicos como entrevistas, por exemplo. Objetivou-se identificar os discursos hegemônicos e a ideologia inseridos nos referidos treinamentos e a descrição da ENDRS. Não estavam no foco as percepções ou os efeitos desses treinamentos nos funcionários.

Com o intuito de embasar o pensamento do pesquisador, no sentido do alcance dos objetivos da pesquisa, foi adotado um referencial teórico que privilegia os conceitos e

abordagens teóricas eleitas como fio condutor do presente estudo. Foi feita uma revisão bibliográfica das temáticas Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Regional Sustentável, e a evolução de seus conceitos, além do tema Análise de Discurso, contemplando prioritariamente a abordagem proposta por Fairclough (2001), conhecida como Análise Crítica do Discurso – ACD. Para contextualizar e auxiliar na indicação das orientações ideológicas e hegemônicas do discurso do BB, com seus aspectos econômicos, políticos e culturais, foram desenvolvidas as seções dedicadas às relações da história do Banco do Brasil com a história do próprio país, e outra seção dedicada a apresentar os princípios que norteiam a Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (ENDRS), e descrever sua metodologia de trabalho e modelo de atuação.

A ACD foi a fonte inspiradora para realização das análises dos dados coletados. Nessa abordagem, Fairclough (2001) indica três dimensões orientadoras das análises dos discursos: Texto, Prática Discursiva e Prática Social. Com respeito à primeira dimensão, a textual, foi verificada uma tendência à utilização de um vocabulário mais formal em determinados momentos, bem como a intencionalidade de promover no aluno o senso de importância que o tema adquiriu no seio da empresa, e da mudança de paradigma quanto ao tema no país e no mundo. É nessa dimensão que são identificados os objetos discursivos.

7. CONCLUSÕES

Foram identificados, dezessete objetos discursivos distintos: (1) redução da miséria e das desigualdades sociais; (2) esgotamento de recursos naturais; (3) efeitos do crescimento econômico desregulado; (4) sustentabilidade como desafio coletivo; (5) compromisso empresarial; (6) tripé da sustentabilidade; (7) atuação em cadeia de valor; (8) mobilização de agentes sociais, econômicos e políticos; (9) geração de trabalho e renda; (10) concertação; (11) desenvolvimento de novos mercados; (12) mudança na realidade social; (13) capacitação e sensibilização; (14) exploração das potencialidades locais; (15) globalização; (16) mudança na configuração de poder; (17) aumento das desigualdades sociais. Tais objetos discursivos foram posteriormente agrupados pela aproximação temática, em três categorias - formações discursivas – distintas: Efeitos do crescimento econômico desregulado; Desafio da Mudança Social; e Atuação do Banco do Brasil. Quanto à dimensão prática discursiva, foram analisadas as condições de produção, distribuição e consumo dos discursos, bem como sua intertextualidade.

Tendo sido identificados os objetos discursivos e as formações discursivas decorrentes deles, a partir de uma detida análise das interdiscursividades - convergências, divergências e silêncios inseridos no contexto analisado, foi possível a identificação de quatro ordens discursivos: (1) consenso acerca do esgotamento do modelo tradicional de crescimento econômico; (2) convocação para uma ação conjunta de toda a sociedade no sentido de enfrentar os desafios sociais e ambientais; (3) exemplaridade do Banco do Brasil no processo de sensibilização da sociedade para um novo modelo social pautado nos princípios de responsabilidade socioambiental; e (4) Modelo de atuação formatado.

O atingimento dos objetivos de identificar as ordens de discurso do BB em sua Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (ENDRS), apresentar os princípios que a norteiam, e descrever sua metodologia de trabalho e modelo de atuação foi efetuado com êxito, na visão do pesquisador. Isso permite oferecer ao BB uma importante fonte de consulta que poderá ser utilizada para realização de melhorias em seus processos relacionados aos seus discursos relativos à temática RSE, e por última consequência, atuar de forma mais eficaz na gestão dessa estratégia, auxiliando em uma intervenção social mais ampla.

Além do atingimento dos objetivos propostos surgiram questões adjacentes, provenientes das percepções do pesquisador, que cabe destacar que o discurso do BB tem se

deslocado quanto às suas ideologias e abordagem conceitual. Nos cursos mais antigos pode-se observar uma tendência maior à identificação com a abordagem teórica contratual, com um enfoque mais sociopolítico, que vê a relação entre empresa e sociedade como uma questão contratual. Já nos cursos mais recentes, a abordagem conceitual predominante é a abordagem estratégica, uma perspectiva mais utilitarista, que encara os problemas sociais e ambientais como ameaça, custos ou oportunidades de negócios.

O alcance dos objetivos e as questões adjacentes emergentes do presente estudo podem proporcionar à empresa um aprofundamento de conhecimento a respeito de uma de suas importantes estratégias, bem como um aperfeiçoamento de suas políticas e práticas, com fins ao atingimento dos objetivos estabelecidos para e pela empresa na intervenção social. Vale ressaltar que nenhuma pesquisa, sobretudo as desenvolvidas sob o paradigma qualitativo, está livre de pressupostos e limitações do pesquisador. Em decorrência disso, o presente estudo não tem a pretensão de fechar a questão com relação aos temas abordados. Apenas apresenta uma visão dos dados analisados, sugerindo que se faça um maior aprofundamento do pensamento científico sobre as temáticas.

Considerando a relevância do assunto, acredita-se ser importante a verificação dos efeitos desse discurso proveniente dos cursos institucionais sobre os funcionários e parceiros na ENDRS. Dessa forma, sugere-se um aprofundamento sobre as relações discursivas entre os treinamentos promovidos e as práticas cotidianas dos funcionários da empresa, como tema de próximas pesquisas científicas.

8. REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home29,8305,8305,1,0,1,6.bb>>. Acesso em: 01/11/2015.

BANCO DO BRASIL. O Banco do Brasil. Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,102,2681,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=1508&codigoRet=1208&bread=1&codigoNoticia=1504&codigoMenu=616>>. Acesso em: 01/11/2015.

BARBIERI, J. C. Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis nas empresas. *Revista de Administração Pública*, 31(2), 135-152, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos*. Cebrap. 84, pp. 83-100 julho 2009.

CARROLL, A. B. Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, vol. 4, issue 4, p. 497-505, 1979.

_____. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, 1991.

_____. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construction. *Business & Society*, v.38, n.3, p.268-295, 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CÉSAR, A. M. R. A Morte Simbólica em Mudanças Organizacionais: o Caso do Banco do Brasil. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 1, pp. 172-188, Jan/Fev 2010.

DIAS, S.M.F. Avaliação de programas de educação ambiental voltados para o gerenciamento os resíduos sólidos urbanos. 326p. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

- FAIRCLOUGH, N.** Discurso e Mudança Social. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F.** A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 1, p. 7-34, 2008.
- FREEMAN, R. E.** Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston, MA: Pitman, 1984.
- GIL, A. C.** Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HALLIDAY, M. A. K.** Language as social semiotic. Arnold: London, 1978.
- INOUE, C. Y. A.** Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá. Brasília: UnB, 2007.
- INOUE, C. Y. A.; LIMA, G. P.** Reservas sustentáveis: reflexões sobre a experiência brasileira. Brazilian Experiences in Sustainable Reserves. Brasília: Conservação Internacional, 2007 p. 94.
- INSTITUTO ETHOS** de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em:<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 23/08/2012.
- KORTEN, D. C.** Quando as corporações regem o mundo. São Paulo: Futura, 1996.
- KREITLON, M. P.** A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.
- LABOV, W.; FANSHEL, D.** Therapeutic discourse. New York: Academic Press. 1977.
- LEANDRO, L.A.L.** A formação superior dos gestores ambientais no Brasil: contribuição para a formulação de diretrizes curriculares nacionais. Tese de Doutorado em Meio Ambiente. UERJ. Rio de Janeiro, 2013.
- LOVEJOY, T.; INOUE C. Y. A.** O Brasil na Agenda Internacional para o Desenvolvimento Sustentável: Um olhar externo sobre os desafios e oportunidades nas negociações de clima, biodiversidade e substâncias químicas. Brasília: MMA, 2012.
- MAINGUENEAU, D.** Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2008.
- MARTINS, H.H.T.S.** Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/agosto, 2004.
- MARTINS, G. A; THÉOPHILO, C. R.** Metodologia para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEADOWS, D.; MEADOWS, D. e RANDERS, J.** Limits to Growth: The 30-Year Update. Chelsea Green/Earthscan/Diamond/ Kossoth, 2004.
- MELO, I. F.** Análise Do Discurso E Análise Crítica Do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, 2009.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.** Responsabilidade Socioambiental. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local>>. Acesso em 01/11/2015.
- OSPINA, S.** Qualitative research. In: GOETHAL, G. et al (org). Encyclopedia of leadership. Newbury Park, CA: SAGE, 2004.
- PAULA, A. P. P.** de. Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE-Revista de Administração de Empresas, p. 45, 2005.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. pp 61 – 161, 1990.

PECI, A.; PIERANTI, O. P.; RODRIGUES, S. Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 46, art. 2, p. 39-55, 2008.

PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WHITTINGTON, R. Strategic management: the strengths and limitations of a field. In: _____. (Ed.). *Handbook of strategy and management*. London: Sage, 2002.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value – How to reinvent capitalism-and unleash a wave of innovation and growth. **Harvard Business School**, Jan-feb. 2011.

PRAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estud. av.*, São Paulo , v. 26, n. 74, 2012 .

SANTOS, R. S. A economia política contemporânea e o pouco que sabemos. CEDIN. Documento de trabalho. Lisboa, 1998.

SCHOMMER, P. C. Responsabilidade Socioambiental. Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2008.

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, F. C. C. As Três Ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil: Dilemas, Oportunidades e Limites. Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007.

TOZONI-REIS M. F. C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. *Ciência & Educação* (Bauru), 2002.

WETHERELL, M.; STIVEN, H.; POTTER, J. Unequal egalitarianism: A preliminary study of discourses concerning gender and employment opportunities. *British Journal of Social Psychology*, v. 26, n. 1, p. 59-71, 1987.

WHIPP, R. Creative deconstruction: strategy and organization. In: CLEGG, S. R., HARDY, C. & NORD, W. R (orgs.). *Handbook of organization studies*. London, Thousand Oaks, New Delhi : Sage Publication, 1996.

WHITTINGTON, R.; JARZABKOWSKI, P.; MAYER, M.; MOUNOUD, E.; NAHAPIET, J.; ROULEAU, L. Taking strategy seriously: responsibility and reform for an important social practice. *Journal of Management Inquiry*, London, UK, v.12, n.4, p.396-409, Dec. 2003.

WILSON, E. O. (Ed). *Biodiversity*. Washington, DC: National Academy Press, 1988.